



Opinião



**JOSÉ
JOAQUIM
FERREIRA
DOS SANTOS**

MEMBRO DO
BLOCO DE ESQUERDA
jferreirasantos@netcabo.pt

A Caixa Geral de Depósitos é o banco público da República Portuguesa com exercícios de gestão turbulentos e opacos, com o arrastamento de graves problemas relativos às políticas de concessão de empréstimo e de investimento cujos critérios, caso se comprovem, são dificilmente explicáveis.

Tudo se tem passado num vai e vem de sucessivos gestores pela porta giratória do centrão político, sem que tenham sido responsabilizados pelos seus actos, já que sucedendo-se uns aos outros, por mais estranho que pareça, nunca exigiram auditorias prévias às contas, encobrindo a real situação e tornando-se, assim, coniventes com a administração anterior.

A auditoria feita à gestão da CGD pela empresa auditora EY (Ernest & Young), cujo relatório preliminar foi agora divulgado, veio demonstrar os buracos na gestão da Caixa Geral de Depósitos que, até agora, já obrigaram o erário público a enterrar milhares de milhões de euros para a refinanciar e equilibrar as suas contas.

A concessão de créditos e financiamentos a empresas como a Fábrica de Sines da Artlant, Quinta do Lago, Investifino de Manuel Fino, empresas de Joe Berardo, que são alguns dos grandes devedores à Caixa, foram efectuadas sem o acordo da comissão de risco e até contra o parecer da mesma, sendo por isso da inteira responsabilidade da gestão do banco. Os casos das falências de bancos e mesmo do BES, para além do chamado caso Marquês de onde ressaltam nomes como o do ex-primeiro ministro José Sócrates, têm pontos assinalados no relatório da auditora EY. Da gestão da CGD fazia então

A Caixa Geral de Depósitos

parte o actual governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, que não reúne, assim as condições para manter o cargo.

Segundo a versão preliminar do relatório, são mais de 46 investimentos que se revelaram verdadeiramente ruinosos. Será que ninguém sabia? Qual o papel do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu que não viram, não ouviram, não leram nada?

Foram assim delapidados fundos públicos que tanta falta fazem ao financiamento dos serviços públicos e que se perdem nos insondáveis meandros da escroqueria financeira.

A maior parte destas malfeitorias tiveram lugar entre os anos 2007 e 2015, durante os consulados de Sócrates, de Passos Coelho/Paulo Portas e sob a supervisão da famigerada Troika, que pelos vistos nada acautelou.

A auditora Deloitte, responsável por auditar as contas da CGD, recebeu 37,5 milhões de euros entre 2007 e 2016 e não foi capaz de detectar quaisquer irregularidades na atribuição da concessão de créditos de risco. Para que servem estas auditorias? Estava tudo no recreio?

É caso para questionar a credibilidade e responsabilidade destes auditores e também perguntar quem os avalia a eles mesmos.

As falsas preocupações manifestadas pelos dirigentes do PSD e pelo CDS com as averiguações a estes factos destinam-se apenas a fazer esquecer as responsabilidades que impendem sobre os próprios actos.

As afirmações feitas por esses mesmos dirigentes de que os partidos de esquerda quiseram acabar com a primeira Comissão de Inquérito parlamentar, é caso para fazer rir, apenas reflecte a sua hipocrisia, já que com uma investigação de âmbito demasiado alargado, pouco ou nada seria apurado. Ao pretenderem alargar o âmbito da Comissão de Inquérito da Assembleia da República a um sem número de factos ligados à CGD, mais não pretendiam do que impedir, de facto, a averiguação das responsabilidades e

os responsáveis por este descalabro de gestão.

É diferente a averiguação política das responsabilidades dos gestores da Caixa, da sua possível responsabilização criminal que tem de ser iniciativa do Ministério Público e por ele levada à prática.

Também não se entende que, sendo cobertas pelo erário público, as faltas devidas aos maus critérios de empréstimos e investimentos da CGD, seja agora posta a questão da não divulgação pública dos nomes dos grandes devedores, ao abrigo de um questionável sigilo bancário. O mesmo sigilo que tem servido para esconder negociatas que todos somos chamados a pagar.

Não devemos saber os nomes dos gestores bancários que são responsáveis por práticas danosas e nem saber para onde foi o dinheiro?

Não se trata de negócios privados, mas de um banco que é do Estado e que não pode ser gerido em regime de sigilo absoluto.

Agora já se ouve dizer que a razão por que a banca concedeu empréstimos de grande risco, sem critérios de avaliação, foi por saber de antemão que o Estado iria cobrir os buracos abertos por esses erros de gestão. De uma forma ou de outra são sempre os portugueses a pagar as negociatas dos banqueiros.

Há sempre riscos, mas estes senhores andaram muito tempo a brincar com o que não lhes pertence. Houve corrupção e houve laxismo.

A Caixa apresentou em 2018 um lucro, muito elogiado por Paulo Macedo, mas que é o resultado da injeção de 4,9 mil milhões de fundos públicos.

Uma cuidada escolha dos gestores e um escrutínio permanente da gestão dos mesmos deve constituir uma barreira por parte do Estado para impedir o malbaratar dos dinheiros públicos e a propagação da corrupção.

Até agora os problemas arrastam-se e ninguém, autoridades e contribuintes deu um murro na mesa. Basta!